

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 127.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 6 de Agosto de 1973
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes, (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann, Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Emílio Carrazai — João Fadel — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

VOTAÇÃO ÚNICA — da Proposição n.º 144-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 151-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que dispõe sobre a implantação obrigatória pelo Estado, do Registro Postal para envio de avisos de débitos a contribuintes ou usuários de serviços e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para dia 8, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 145-73.
 Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 128.ª Sessão Ordinária
Realizada em 6 de Agosto de 1973
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes, (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Emílio Carrazai — João Fadel — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 65-73

Curitiba, 31 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública.

2. O crédito especial cuja autorização para abertura é objetivada através de Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois destina-se ao atendimento de despesas com a constituição do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado conforme preceitua a Lei n.º 6.361, de 21 de dezembro de 1972, para solução dos problemas médico sanitários no Estado do Paraná.

3. Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme específica, do vigente Orçamento Geral do Estado. Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessá-

rio apoio consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **João Mansur** — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei n.º 6.361, de 21 de dezembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE PÚBLICA

UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO

PROGRAMA: SAÚDE E SANEAMENTO

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

PROJETO: CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS ROTATIVOS

DOTAÇÃO: 3201.1501.1003

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.2.0.0 — INVERSOES FINANCEIRAS

4.2.4.0 — Contribuição de Fundos Rotativos — Cr\$ 820.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972 — Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1973.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

MENSAGEM N.º 66-73

Curitiba, 31 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a instalação do Município de Francisco Alves.

O Município de Francisco Alves foi criado através das Leis n.ºs 6.314, de 24 de agosto de 1972 e 6.324, de 27 de outubro do mesmo ano, ambas de iniciativa dessa Augusta Casa, tendo o assunto, após o advento das referidas leis, merecido autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido da instalação desse novo Município.

Certo de que o Plano proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **João Mansur** — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para atender despesas com a instalação do Município de Francisco Alves, criado pelas Leis n.ºs 6.314, de 24 de agosto de 1972 e 6.324, de 27 de outubro do mesmo ano.

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 197, 198 e 199-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

21-72: — Do Senhor Deputado Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública, a Associação tradicionalista "Gralha Azul", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.419. — **Agradeça-se.**

15-73: — Do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.420. — **Agradeça-se.**

176-72: — Do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "Huberwarco", como específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.421. — **Agradeça-se.**

47-73: — Do Senhor Deputado Osvaldo Santos Lima, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, da cidade de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.422. — **Agradeça-se.**

34-73: — Do Senhor Deputado José Muggiati Filho que declara de Utilidade Pública, o Lar São Vicente de Paula, da cidade de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.423. — **Agradeça-se.**

59-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 44-73, que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.417. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 219-73, do Senhor Vicente Mashahiro Okamoto, Prefeito Municipal de Goioerê, comunicando haver dado a uma das Avenidas daquela cidade, o nome de Alberto Santos Dumont. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 889-73, do Senhor Moisés Lira Braga, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Campina Grande-Paraíba, comunicando que a Requerimento do vereador Ary Rodrigues, subscrito pelos Edis José Luiz Júnior e Rildo Fernandes, aprovou e fez inserir na Ata dos trabalhos daquela Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 24-73, do Senhor Secretário da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, comunicando haver sido designado a data de 20 de julho próximo, passado, para a realização de Sessão Solene em comemoração ao Centenário de Nascimento de Alberto Santos Dumont. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 024-73, do Senhor Joaquim Marcelino Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Rio Bom, comunicando a constituição da nova Mesa Diretora daquela Câmara. Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 692-73, do Senhor Dr. Alvaro Diniz de Deus, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, Estado de Minas Gerais, comunicando haver sido aprovado por aquela Casa, Requerimento de n.º 417 de autoria do Senhor Presidente da mesma, consubstanciado em voto de pesar pelo passamento do Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1013-73, do Senhor Dr. Mansur Macluf, Presidente da Câmara Municipal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, comunicando haver sido aprovado requerimento do Vereador acima citado e outros, consubstanciado em voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza. Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMAS:

Do Senhor Renato Antonio Johnsson, Presidente da Telepar, agradecendo convite desta Casa, para participar das homenagens prestadas ao insigne brasileiro Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Levy Rabello, Diretor Presidente da COHAPAR, agradecendo convite formulado por esta Casa, para participar das homenagens alusivas ao centenário de nascimento de Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

- De autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência às Proposições n.ºs 130-73, 141-73 e 152-73.
- De autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 97-73.
- De autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 101-73.
- De autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 82-73, 114-73 e 125-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Governador João Mansur, solicitando que Sua Excelência estabeleça a concessão de um Abono de 15 por cento ao funcionalismo público estadual, com vigência de 1.º de agosto até 31 de setembro.

O Exmo. Sr. Governador encaminhou mensagem de aumento salarial com vigência a partir de 1.º de outubro, o que atenderá, em parte, as pretensões da laboriosa classe.

Contudo, os servidores esperam que um Abono Provisório seja concedido pelo chefe do Poder Executivo, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores. Isto aliviaria as necessidades financeiras que a classe vem atravessando, porquanto o aumento proposto a esta Casa só será pago nos vencimentos que o funcionalismo perceberá a partir de novembro, havendo, consequentemente, um tempo ainda relativamente grande para o recebimento desta vantagem. Daí ser oportuno que o Executivo autorize de imediato um Abono no mesmo índice do aumento a ser votado proximamente por esta Casa.

Sala das Sessões, 06-08-1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, Requer, após a anuência do douto Plenário desta Casa de Leis, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, solicitando rigorosas providências visando corrigir e disciplinar a venda de tratores no Norte do Paraná.

Atualmente, está se verificando uma variação de preços bastante acentuada, notando-se, entre uma e outra cidade, diferenças que chegam atingir Cr\$ 4.000,00 para um mesmo tipo de trator. Contudo, as firmas revendedoras, trabalhando dentro do sistema de "regiões-fechadas" só podem comercializar com lavradores das áreas previamente estabelecidas pelas fábricas. Isto impede os produtores de procurar a firma que oferece melhores vantagens. As vezes, são obrigados a pagar mais caro pelo mesmo trator, como resultado desta desastrosa política de revenda.

Este critério fere frontalmente a própria política econômica do Governo Federal que está empenhado em manter a redução dos índices inflacionários para 12 por cento.

Os lavradores do Norte do Paraná apelam ao Exmo. Sr. Ministro para que determine as providências cabíveis, evitando a continuidade dessa absurda política de revenda de tratores. Que se acabem com as chamadas "regiões fechadas", permitindo que os interessados compreem onde for mais barato, abolindo o sacrifício que vem sendo imposto aos homens do campo.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1973.

(a) Antônio Belinati

PROJETOS DE LEIS:

PROJETO DE LEI N.º 153-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, a área de terreno com a dimensão de 197.140 m², aproximadamente, localizada na Sede do Município, e que se confronta, ao Norte, com terras municipais aforadas por diversos; a Leste, com terras de propriedade do Seminário, a Oeste ao Sul, com parte restante do imóvel de propriedade do Estado, onde se encontra instalada a Escola Normal de Palmas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1973.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICAÇÃO:

Em 1948, o Município de Palmas doou ao Estado do Paraná um terreno de 250.000 m², localizado na Sede do seu Município, para que o Governo Estadual ali construísse a Escola Normal Rural.

Em 1962, o Governo do Estado, através da Lei n.º 4.631 devolveu ao Município parte dessa área, precisamente 53.860 m², destinada à construção de um campo de esportes. Deste modo, ficou uma área remanescente de 197.140 m² qual, então, o Estado devia construir a referida Escola Normal Rural. Devia, mas não o fez. E o Município, face o não cumprimento, por parte do Estado, de sua obrigação vem se utilizando, embora irregularmente, da mesma para obras de interesse público.

Este Projeto de Lei, que submeto à apreciação dos Ilustres Pares, objetiva regularizar essa situação.

PROJETO DE LEI N.º 154-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para instalação da Diocese de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado, vigente.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1973.

(a) Emilio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

Foi criada recentemente a Diocese de Cornélio Procopio e no entanto, a mesma carece de recursos para sua instalação. Esta iniciativa não é original, tendo inclusive sido baseada em Lei anterior, motivo pelo qual deverá merecer acolhimento dos Nobres Pares, mormente por se tratar de autorização ao Poder Executivo.

Projeto de Lei n.º 155-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Desembargador Francisco da Cunha.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1973.

(a) Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para o concessão deste título será encaminhada em anexo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos ocupar esta Tribuna para focalizar a Mensagem enviada a esta Casa por S.Exa. o Sr. Governador do Estado, propondo o acréscimo de 15% dos vencimentos do funcionalismo público do Estado.

Realmente essa Mensagem só pode ser recebida, como um reajuste parcial aos vencimentos do funcionalismo público do Estado. Na realidade, se compararmos de 69 até a presente data o aumento concedido aos funcionários públicos estaduais e federais, vamos chegar a seguinte conclusão: os funcionários federais, receberam a título de reajuste de salário, de 69 para cá, 98,6%, em termos percentuais de 100, fixado esse número imaginário para 69. Enquanto os funcionários estaduais tiveram um reajuste que atingiu apenas 58,3%.

Como consequência, o reajuste agora proposto, infelizmente continua sendo parcial e é claro que o fato provoca um processo de desproporcionalização da função pública, porque somente uma pequena minoria tem condições de viver condignamente com o salário que percebe. Por outro lado, alguns funcionários públicos do Paraná, principalmente aqueles que estão sob o regime de CLT nas Companhias Mistas e Fundações é que têm um vencimento compatível com a atividade profissional que exerce.

É evidente que o que estamos dizendo neste instante é do conhecimento de todos os Deputados. Por esta razão, sabendo que todos conhecem perfeitamente o sério problema que atravessa a classe funcional de nosso Estado, temos certeza de que um apelo no sentido de que esse aumento tenha seu efeito a partir de 1.º de agosto por ser, acima de tudo, uma medida justa e humana, encontrará eco nesta Casa. Por esse motivo, formulamos um apelo para que haja um atendimento direto com o Chefe do Executivo, Deputado João Mansur e que todos nesta Casa façam sentir a S.Exa. o drama do funcionalismo público, para que S. Exa., humano como é, adote essa medida que é de inteira justiça porque na verdade não se pode, de forma alguma, receber essa Mensagem como um aumento ao funcionalismo público, e sim como um reajuste parcial e injusto, diga-se de passagem.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Estado do Paraná, efetivamente, é um dos Estados mais privilegiados da Nação, em carência, em falta de atendimento e solução para os gravíssimos problemas deste Estado.

Somos um Estado eminentemente agrícola e não temos estradas em lugar nenhum. Somos um Estado essencialmente carente de atendimento e solução dos problemas de ensino. Somos um Estado eminentemente agrícola e não temos, absolutamente nesse setor, aquele atendimento e aquelas soluções mínimas necessárias para um Estado eminentemente agrícola.

E assim por diante.

No setor carcerário do Estado do Paraná, idem, da mesma forma. Nós possuímos regiões inteiras em nosso Estado, como é o caso do Sudoeste, Oeste e Sul, que não têm sequer uma cadeia pública, quanto mais aqueles estabelecimentos adequados, aqueles estabelecimentos necessários ao atendimento e solução do problema carcerário do Estado.

Nestas condições, nós nos permitimos apresentar a esta Casa um apelo para que seja enviado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Sr. Secretário de Segurança do Estado, para ver se em consonância com o Governo da União há uma solução para o problema, porque, segundo se vislumbra por um decreto, há um plano traçado pelo Governo do Estado no sentido de solucionar, em parte pelo menos, esse cruciante e grave problema, apelo que consubstanciamos no seguinte Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e após ouvido o Plenário:

Considerando, extremamente necessário a construção de estabelecimentos carcerários no Paraná, ao par da necessidade de preparação adequada do pessoal para operá-los, conforme os requisitos que a Lei Federal considera essenciais—Lei n.º 3.274, de 2 de agosto de 1957, assim

Considerando, inadivável que se criem condições para que a execução da pena deixe de representar instrumento de degradação do recluso: sabendo-se que predomina no atual sistema penitenciário do Estado um regime de promiscuidade, com a pernicioso convivência de delinquentes de todos os graus, e até de inapetíveis, menores, doentes contagiosos, bem como a ociosidade esta igualmente difundida em altíssima proporção, com o corrolário de consequências nocivas que lhe é característico, seja por contribuir para a disciplina da vida carcerária, seja por afetar a vida futura do egresso, desabituação e despreparado para o trabalho.

Considerando, o acima exposto e mais a grande extensão e população do Estado do Paraná, com regiões vastas, distantes, de características próprias e mais, a necessidade de se manter o recluso no seu meio ambiente, junto a família, melhorando o fator segurança, diminuindo consideravelmente as despesas de transporte:

Considerando, haver o Exmo. Sr. Presidente da República aprovado em Julho p.º passado, o "Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário", com investimento de ordem de Cem Milhões de Cruzeiros, no biênio 73/75.

Requer: O envio de apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Exmo. Sr. Secretário de Interior e Justiça, e Exmo. Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, no sentido de que, naquele Programa, seja incluído a construção de uma Penitenciária, tipo misto, no Oeste do Estado, junto a cidade de Cascavel, por ser o centro Geográfico de populosa região, oferecendo as condições indispensáveis aos fins previstos; sendo que o Município se propõe a doar a área necessária.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1973.

(a) Iris Caldart".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O propósito que nos traz à Tribuna é para justificar Requerimento de nossa autoria que pretende, se aprovado pela Casa, seja enviado ofício ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

Percorrendo o norte do Paraná, viemos a constatar um fato realmente lamentável para os produtores agrícolas referente ao critério que os revendedores de tratores estão adotando, critério de regiões fechadas. Desta maneira, o morador de determinada cidade somente pode comprar o trator em seu Município ou na cidade em que sua residência está situada. Em resumo, são regiões fechadas. Para exemplificar exponho o seguinte: Um lavrador de Cornélio Procopio não pode comprar em Sertãozinho ou vice-versa. Constatamos, também, que um trator de uma mesma marca, da mesma potência está sendo revendido para o homem do campo com uma variação de preço que oscila entre 3 a 4 mil cruzeiros.

Entendemos que o Sr. Ministro da Indústria e Comércio deve tomar providências para fazer com que aqueles que estão vendendo tratores reduzam os preços ou então para acabar com esse sistema absurdo de venda que impede a concorrência, que impede que nosso homem do campo adquira o trator na firma que vender mais barato.

Se o Governo Federal tomar esta providência estará dando um grande passo, inclusive no que diz respeito a sua pretensão de reduzir a inflação em 12%, porque o que nós notamos é que, se esta medida não for adotada o nosso lavrador continuará sendo explorado, pagando às vezes, numa firma, um trator, a 40 mil cruzeiros e, numa outra firma, o mesmo trator, a 44 mil cruzeiros, uma diferença realmente, de preço, um tanto avançada e que merece a atenção do Governo Federal.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, um outro Requerimento de nossa autoria pede ao Sr. Governador João Mansur, que envie a esta Casa uma outra Mensagem, para beneficiar o funcionalismo público, que conceda pelo menos um abono provisório, porque, mais uma vez o nosso servidor público continua numa expectativa — o aumento, sendo concedido a partir de Outubro, ele será pago na folha de Novembro, e poderá ocorrer alguns casos em que o servidor só venha a receber este benefício, em Dezembro.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, para aliviar o sofrimento do funcionalismo público, queremos aqui lançar um apelo, apelo que, temos certeza, deve ser da quase totalidade dos Srs. Deputados, para que pelo menos um abono seja dado ao servidor, com vigência a partir de 1.º de Agosto, até o dia 31 de Setembro. Sendo aprovada a medida de aumento, ele vigoraria a partir de 1.º de Outubro. Isto, temos certeza, não irá sacrificar os cofres públicos e o Governo estará dando ao servidor aquilo que foi dado pelo Governo Federal ao seu funcionalismo, e que já foi dado por vários outros governos estaduais, e até mesmo para o servidor comum que depende de salário mínimo.

Era este o nosso apelo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esperando a compreensão que, temos certeza, se depender do Governador João Mansur ele compreenderá, mas queremos contar também com a compreensão dos demais homens do Governo, eis que sabemos que depende de uma equipe, depende dos homens da Secretaria da Fazenda, e para isso apelamos também a eles, para que compreendam que o aumento dado a partir de 1.º de Outubro, vem assim em choque aos altos interesses da laboriosa classe de funcionários do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Dois assuntos que consideramos importantes nos trazem até esta Tribuna; o primeiro quase que é um adendo ao apelo feito no pronunciamento do nobre Deputado Antônio Belinati, que diz respeito à grande falta, e à discriminação na entrega de tratores e de caminhões no Norte do Paraná — não só no Norte, como em todo o Paraná.

Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, o

Governo Federal baixou uma instrução determinando os preços mínimos para os cereais, em vista da grande produção do soja que hoje colocou o Estado do Paraná numa posição privilegiada, em detrimento de outros produtos agrícolas como o feijão, o milho, o arroz, o algodão e até mesmo o cuidado que deveria existir para com o café; resolveu o Governo Federal dar melhores preços a esses cereais, a fim de que também o lavrador encontrasse preços compensadores para a produção. Os preços estabelecidos não foram os ideais mas foram mais vantajosos, foram daqueles que trouxeram mais alento ao lavrador, a fim de que houvesse uma melhor diversificação na cultura paranaense.

Mas como bem afirmou o Nobre Deputado Antônio Belinati as fábricas de tratores não entregam como deveriam os tratores às cooperativas, aos seus concessionários. E o homem dentro de uma técnica moderna produz hoje com um menor custo possível operacional.

Mas, um outro problema, Nobres Deputados e Sr. Presidente, que consideramos bastante grave, com uma safra pequena de arroz, de feijão, de milho, de café, de algodão e uma não muito grande de soja, não existe para pronta entrega, caminhões. Hoje, as fábricas da Ford, Chevrolet, Mercedes Benz, Scania Vabis, levam 60, 90, até 120 dias para a entrega de caminhões.

Uma pergunta vem à nossa mente. Preços mínimos quase que compensadores, produção à vista, que deverá ser uma das maiores do Paraná. De que modo, de que maneira, o lavrador incentivado com estes preços mínimos e com uma grande produção que antevemos, ele irá escoar esta safra? Quando as concessionárias não tem condições de pronta entrega de tratores e de caminhões? Sr. Presidente, trouxe-me o Presidente da Cooperativa Londrinense dos Cafeicultores, Sr. Leônidas Rezende, e fizemos a entrega de um memorial a S. Exa. o Sr. Governador João Mansur, a fim de que órgãos do Governo, deste Governo ou do próximo Governo, intercedam junto aos diretores das fábricas de tratores, e de caminhões, para que atendam de imediato o Estado do Paraná.

Não temos indústria, temos qui um modesto artesanato. Não somos um Estado industrial, vivemos da força do que a terra produz, e não adianta produzir sem estradas e sem caminhões para o escoamento desta safra. Portanto, Sr. Presidente, temos certeza, porque este foi um compromisso formal que assumiu o Sr. Governador do Estado, quando sexta-feira lhe entregamos o memorial neste sentido, de que o seu Governo, os órgãos do seu Governo, estariam junto às fábricas e produtores de tratores e caminhões para que este Estado que é líder do setor agrícola, tivesse um atendimento mais justo a fim de que possa alimentar não só o seu próprio Estado, mas ao Brasil e grande parte do mundo que necessita de alimento. Portanto, esta é a primeira parte do pronunciamento que desejávamos fazer, creio que em aditamento ao pronunciamento do Deputado Antônio Belinati. O segundo, Sr. Presidente, não menos importante e que nos preocupa seriamente, assunto que temos abordado há 11 anos nesta Casa. É necessário se faz quantas vezes for preciso, que ele seja abordado. No recesso deste Legislativo tivemos duas grandes lições: a primeira na visita que fizemos aos Estados Unidos aonde fomos dar a nossa colaboração, ao lado de mais de 3.500 brasileiros, para colocar como Vice-Presidente do Leonismo Internacional, um brasileiro, que dentro de 3 anos será o Presidente Internacional, que é o Professor Fernando Sobral.

O segundo, foi o nosso interesse, na volta, que fizemos ao Brasil, de visitar alguns países sul-americanos, entre eles a Venezuela, a Colômbia e o Peru. Mas, nos demoramos, nos detivemos mais na Colômbia, em Bogotá, onde visitamos cafeais colombianos; onde mantivemos contactos com a classe da cafeicultura, com a Associação Cafeteira e com o Banco Cafeteiro Colombiano.

Sr. Presidente, que tratamento diferente é dado ao café na Colômbia; daquele que é dado no Brasil. Para começar, não conhecem a ferrugem; não conhecem a broca; não conhecem o bicho mineiro; não conhecem nenhuma praga que hoje atinge violentamente os cafeais brasileiros. Porque o Governo, o mais interessado, é quem faz diretamente um combate, uma prevenção, naturalmente com receio de que possa a sua grande riqueza, que é o café, ser atingida por estas pragas que tem sido importada, principalmente da África. O cuidado deles e o esmero deles chega ao ponto de impedir, inclusive que entrem flores do Brasil. A importação de flores brasileiras é proibida, com receio de que nelas venha a ferrugem, infestando os seus cafeais. A mesma preocupação tem os Estados Unidos da América do Norte, de não importar também gado, proveniente de outras regiões com receio de que o vírus da aftosa possa contaminar o seu gado. Lamentavelmente isto não está acontecendo no Brasil. E que é necessário que se tome uma providência, das mais urgentes. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós aceitamos, em parte, a política internacional cafeeira. Mas temos sérias restrições contra a Política Interna cafeeira. Assim o fazemos porque sentimos com muita tristeza uma cafeicultura se liquidando a passos largos no Brasil, enquanto que em outros países é defendida com unhas e dentes pelo próprio governo, com o combate preventivo. Ele mesmo o faz, não espera o cafeicultor fazer e cobra uma taxa dos cafeicultores, uma importância correspondente a esse atendimento, como financiamento a longo prazo, reconhecendo que nada mais faz do que defender a sua própria economia.

Sr. Presidente, quando percebemos, quando sentimos que o combate à ferrugem e às demais pragas existentes como o nematóide, a broca, o bicho mineiro e outras que infestam nossa cafeicultura não tem aquele interesse direto por parte do Governo, lamentamos profundamente o modo pelo qual a nossa economia cafeeira vai se extinguindo.

Durante a semana passada lemos algumas dezenas de artigos em jornais e que confirmam este nosso pronunciamento. "Escassez de café se agrava no Brasil", este vem do "Jornal do Brasil". No "Estado do Paraná" de quinta-feira, diz "Café africano, um perigo para o Brasil". Na "Folha de Londrina", um artigo do jornalista Hamil Adum, tem o título "Cafeicultura e café solível. O que é que está havendo?"

Sr. Presidente, sentimos a necessidade de mais uma vez vir a esta Tribuna falar neste assunto já abordado por nós dezenas, centenas de vezes, quando sabemos, como os senhores também sabem, que esta safra cafeeira não ultrapassará de 3 milhões e 500 mil sacas e que a próxima, já livre praticamente de gada, está ameaçada em quase 40 ou 50% de sua produção. Isto porque, além da ferrugem que ataca os nossos cafeais e que é apenas um dos vinte e quatro tipos existentes no mundo, agora assola a cafeicultura o nematóide, uma praga que dá na raiz, que seca, que define os cafeais.

Sr. Presidente, pretende o Governo, com uma pequena produção, fazer com que o preço lá fora seja aumentado, a fim de compensar a escassez do café brasileiro.

Há grande divergência quanto ao nosso estoque. Alguns entendidos no assunto afirmam que o IBC não tem mais que 14 milhões de sacas de café e outros dizem que tem de 20 a 24 milhões.

Mas o que temos certeza é que não é mais a geadinha o grande fantasma que temos diante de nós, mas são as pragas que nos assolam. E só entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma preocupação direta do Governo se houver um intercâmbio entre o IBC, a Secretaria da Agricultura e um departamento especializado das Prefeituras Municipais que assistam diretamente ao agricultor; que essas pragas sejam combatidas por esses órgãos municipais assistidos pela Secretaria da Agricultura e pelo IBC e financiados por eles, para que, pelo menos, em grande parte, não se veja o que estamos vendo: os nossos cafezais inteiramente dizimados. E se os Srs. quiserem comprovar isso voltem para o Interior, não apenas para suas cidades, mas corram suas lavouras, as lavouras de seus companheiros, de seus amigos, de seus correligionários, de seus municípios que Vv. Exas. representam nesta Casa, e vejam com que desolação, com que tristeza, com que amargura, eles assistem ao espetáculo mais desolador e deprimente da agricultura brasileira, vendo suas riquezas sumirem, à sua frente, sem terem recursos necessários para impedir.

Há poucos dias, terminou em Londrina, um Seminário no Instituto Brasileiro do Café, seminário de agrônomos do IBC, que estiveram estudando os problemas do soja e do milho! Quando eu falava na extinção do IBC tinha razão. Um seminário realizado pelo IBC tratando do soja e do milho!

Mas, quem leu "O Estado do Paraná" de sábado, pode constatar a afirmação de uma autoridade norte-americana que diz que os Estados Unidos deveriam aumentar a sua produção de soja em mais de 40%. E eu pergunto: onde iremos colocar a safra brasileira de soja com esse aumento fantástico pretendido pelos Estados Unidos? Eles podem vender a longo prazo, sem juros, enquanto que nós precisamos receber de imediato e se for a prazo, com juros altos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a escassez do café se agrava no Brasil. E justifica o jornal "O Estado do Paraná": "o café importado pode trazer pragas e doenças que não existem aqui, ocasionando, inclusive, o definhamento e liquidação da cafeicultura brasileira. No Brasil só existe um tipo de ferrugem, mas há 24 tipos da doença espalhados por todo o mundo. Além disso existe o risco de que se importe, junto com o café africano, o fungo CBD (Coffee Berry Disease) ou doença de cereja, muito mais agressivo que a ferrugem". "Afirmam ainda os cafeicultores que além de outros fungos, existe na África uma gama de bactérias e insetos aqui não existentes, e que poderão ser transmitidos através dos produtos importados".

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei de V. Exa. o parte para dar o devido destaque ao discurso que V. Exa. está pronunciando. Porque ele focaliza um dos pontos que nós também reputamos de grande importância para a economia brasileira, não só paranaense. Tivemos oportunidade, inclusive, sexta-feira última, numa rápida entrevista que concedemos ao "Estado do Paraná", de focalizar essa situação que V. Exa. tão bem está retratando na Tribuna, da desorientação de nossos lavradores, principalmente do pequeno lavrador, com relação às pragas que estão ameaçando as lavouras cafeeiras do Norte do Paraná.

Pos isso, o sentido da observação de V. Exa., a ela quero dar meu testemunho de que reflete realmente a triste realidade da grande economia paranaense. Os cafezais das pequenas propriedades, eu apenas citaria um exemplo que me parece que V. Exa. não focalizou ainda, mas que também deve ser do seu conhecimento com relação à ferrugem. Os pequenos proprietários não sentiram ainda que a solução estaria em se organizarem em cooperativas, mas não há quem os oriente, porque, como bem disse V. Exa. inclusive os Prefeitos, as Prefeituras deveriam atribuir-se grande parte deste trabalho e também o próprio Estado, através de seus Departamentos, porque os pequenos cafeicultores estão desorientados, sem nenhuma assistência.

Porisso, queremos registrar a nossa satisfação por vermos V. Exa. focalizar este problema, que é de grande importância, de grande envergadura para os destinos econômicos do Paraná e interessa sobremaneira a própria economia brasileira. É preciso, realmente, que as autoridades federais, estaduais e municipais atentem para o problema, que tão bem V. Exa. descreve e cujas providências V. Exa. está pedindo. Porisso, conte V. Exa. com todo nosso apoio às reivindicações que está fazendo, porque são as mais justas possíveis e refletem as necessidades imediatas e urgentíssimas do Norte do Estado do Paraná.

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado a V. Exa. Gostariamos de nos congratular aqui também com os jornais "Folha de Londrina" e "Estado do Paraná", por esses comentários que estão sendo feitos de esclarecimento e de advertência ao Governo. Como homem do Governo, sentimo-nos na obrigação de cumprir a nossa função nesse sentido. Mas poderiam perguntar, qual é o objetivo que V. Exa. quer alcançar? Justamente é esta, a séria preocupação que temos, a importação do café. Mas diz um comentarista, que é necessária a importação para a sustentação das fábricas de café solúvel.

Sr. Presidente, eu acho que é grave isto, que elas precisam ser alimentadas. Participo, inclusive, com uma parcela bastante ponderável, de uma fábrica de café solúvel, mas entre a nossa participação na fábrica de café solúvel e a economia cafeeira brasileira, não posso ficar com os meus interesses pessoais. Chego ao ponto de fazer um apelo, porque é um problema competitivo no comércio internacional, para que haja um sacrifício no consumo interno brasileiro, para alimentar as indústrias de café solúvel, para que haja condição de competição lá fora, também com as fábricas de café solúvel, porque precisamos de divisas, precisamos fazer o que o próprio inglês fez no fim da guerra, quando era quase crime um adulto beber leite, porque o leite era para ser dado às crianças somente. E o inglês ainda, sempre cioso de suas roupas, com o apurmo com que sempre se vestiu, usando uma das melhores casemiras de que temos conhecimento, vivia com a gola de seu paletó rota, vivia com a sua manga rota, mas exportava o produto para que tivesse condições de manter seu País com divisas e numa balança comercial equilibrada.

Se for necessário admito até que haja um sacrifício daqueles que tomam café internamente para que se possa exportar o café não só em grão, mas também industrializado. Mas não se cometa este crime contra a cafeicultura — importar café para dezimar os nossos cafezais. Não estamos aparelhados para combater a essas pragas que estão assolando a economia nacional.

É o Requerimento que faço. Um Requerimento veemente que talvez não expresse tudo aquilo que gostaríamos de dizer e as autoridades pudessem ouvir. Um dia, tenho certeza, há de chegar aos ouvidos delas. Há oito anos atrás, lamentavelmente, fazíamos desta Tribuna o mesmo pronunciamento, dizendo que em razão dessa desatenção para com a cafeicultura, dia chegaria em que teríamos que importar café. Lamentavelmente este fato está acontecendo. Quem quiser comprovar nossas afirmativas, os nossos pronunciamentos estão nos Anais. Por isso é que faço este Requerimento ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ao Sr. Mi-

nistro da Fazenda e ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido que seja expedido o seguinte telegrama:

"Assembléia Legislativa do Paraná reconhecendo as graves consequências da importação de café africano para alimentar as indústrias de café solúvel brasileiro, trazendo como resultado pragas de doenças que ainda não existem no Brasil, além da broca, bicho mineiro, nematóides, coffee berry disease e a ferrugem, sendo que desta última somente um dos seus vinte e quatro tipos espalhados por todo o mundo, e que assola os nossos cafezais definindo e causando a liquidação da cafeicultura brasileira, sugere que se necessário se faz esta importação de cafés africanos para garantir ao País a manutenção de sua participação e competição do solúvel no Mercado Internacional, que seja restringida a cota de consumo interno como medida extrema".

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro à chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 34 Srs. Deputados, há quorum para votação.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 216-69 de autoria do Dep. Ernesto Moro que declara de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 207-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 122-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Aracy de Lara Machado, viúva de ex-funcionário Público Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 200-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede na Cidade de Proudentópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo, por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 206-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Julio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 214-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na Cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 154-71, de autoria do Dep. Armando Queiroz de Moraes, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", do Município de Terra Boa, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 154-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", da sede do Município de Terra Boa, o qual passa a denominar-se "Escola Técnica de Comércio Artur Thomaz".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de 1971
aa) — Dep. Armando Queiroz de Moraes

JUSTIFICATIVA

Objetiva o presente Plano de Lei transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Artur Thomaz", da sede do Município de Terra Boa, para dar-lhe uma melhor condição de funcionamento, visto que aquele Município não dispõe de verba suficiente para tal fim.

Tais razões, assim entendemos, justificam, plenamente a apresentação desta iniciativa e consideração de nossos ilustres Pares, esperando-se lhe dê o apoio indispensável.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 154-71

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", do Município de Terra Boa, e dá outras providências.

PARERE

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E, firmamos esta

posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n. 4.178, de 5 de Dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu aquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à SEC o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo, sobre as necessidades de um município ou de uma região, e ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratarem do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em Requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Candido M.M. de Oliveira — Relator

Wilson Brandão — Presidente

REJEITADO O PARECER

5 votos contra um

Designo novo relator

aa) Dep. Wilson Brandão — Presidente.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 154-71

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz do Município de Terra Boa, e dá outras providências.

PARECER

I — O presente projeto foi objeto de exame por parte desta Comissão em 13-10-71, tendo sido na oportunidade, o parecer rejeitado. Designado relator, examinei a matéria.

II — O artigo 30, da lei n.º 4.178, de 5 de dezembro de 1964, esclarece que serão criados por decreto do Poder Executivo, os estabelecimentos de grau primário e médio, a serem mantidos pelo Governo do Estado.

III — Se for notada a súmula e também o inteiro teor do plano de lei ora em exame, será fácil verificar que o legislador não impõe a transferência, mas sim, com intenção de colaboração pretende autorizar o Poder Executivo transferir.

IV — Não fere, desta forma, qualquer preceito de ordem legal ou constitucional vigentes.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Luiz R. Soares

Mauricio Fruet

Muggiati Filho

Santos Lima.

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 154-71

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir ao Sistema Estadual de Ensino o Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz, de Terra Boa.

PARECER

I — Pretende o autor do presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a transferir ao Sistema Estadual de Ensino, o Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz, da sede do Município de Terra Boa, o qual passa a chamar-se Escola Técnica de Comércio Artur Thomaz.

II — Sendo a Educação um ônus estatal, necessário ao seu desenvolvimento, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

S.M.J. é o Parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio Lopes Jr. — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Piteli.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 154-71

AUTOR: Dep. Armando Queiroz de Moraes

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo transferir ao Sistema Estadual de Ensino o "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz do Município de Terra Boa.

PARECER

I) — O Projeto já recebeu parecer favorável nas Comissões de Justiça e Instrução Pública.

II) — Na época atual, o amparo maciço à educação cabe ao Estado. Assim sendo, nada mais justo do que transferir ao Sistema Estadual de Ensino, o colégio objeto deste Plano de Lei.

III) — Recurso para tal aplicação está consignado no Orçamento Geral do Estado.

Nosso parecer é pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

aa) Quielse Crisostomo da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João C. Fadel

Gilberto Carvalho

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, ex-emenda ao Projeto de Lei n. 195-72, edita redação que especifica, ao número 11. do Artigo 56 do referido Projeto de Lei. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 217-72

EMENDA N. 2

AO PROJETO DE LEI N. 195-72

ADITE-SE ao número 11, do art. 56:

... quando flagrante a infração, ficando o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticadas.

JUSTIFICAÇÃO: em Plenário.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 1972

a) Deputado Muggiati Filho

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 217-72

PARECER

I — O presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Muggiati Filho, pretende alteração na lei n.º 2.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do I.C.M.).

II — Somos favoráveis a iniciativa, porém nos termos do substitutivo anexo, para melhor atender a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

aa) Antonio F.F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

Quielse C. da Silva

Ovidio Franzoni

Ivo Thomazoni

Antonio Lopes Júnior.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 217-72

SUBSTITUTIVO

I — O número 11, do artigo 56. da lei n.º 2.364 de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do I.C.M.), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 56 — ...

II — É admissível a apreensão de mercadorias, livros e documentos como prova material da infração tributária mediante termo de depósito, quando flagrante a infração o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticados".

II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

aa) Antonio F.F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 217-72

1.) A presente proposição, de autoria do ilustre Deputado José Muggiati Filho, visa alterar o número 11, do art. 56, da Lei n. 2.364, de 29 de dezembro de 1972 — Lei Orgânica do I.C.M. com a redação seguinte:

"Art. 56 —

II — É admissível a apreensão de mercadorias, livros e documentos como prova material da infração tributária mediante termo de depósito, quando flagrante, ficando o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticados".

2.) Referida proposição já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de 5 de 1973.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Gilberto Carvalho.

PROJETO DE LEI N. 109-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guaraniaguá 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325907, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325903, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325966, 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1269, 1 trator da marca Internacional TD-6 n.º 1325 e 1 trator da marca Internacional TD-6 n.º 1068, todos pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973

a) Deputado Antonio F.F. da Costa Filho

JUSTIFICA:

O presente Projeto de Lei visa dar guarida a intenção da Secretaria da Agricultura, no sentido de auxiliar os agricultores do Interior, através de suas Prefeituras Municipais, doando tratores e equipamentos em desuso a fim de serem recuperados pelas mesmas.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 109-73

PARECER

1.) Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Antonio F.F. da Costa, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Guaraniaguá, tratores pertencentes a Secretaria da Agricultura, das seguintes marcas e números: 1) — marca John Deere 730-S, n.º 7325907; 2) — marca John Deere 730-S, número 7325093; 3) — marca John Deere 730-S, número 7325966; 4) — marca Internacional TD-6, n.º 1269; 5) — marca Internacional TD-6, n.º 1325 e; 6) — marca Internacional TD-6, n.º 1068.

2.) Referido projeto se nos afigura oportuno e de justiça, dadas as razões apresentadas pelo seu nobre autor, na justificação do mesmo, dando guarida, desta forma, a intenção da Secretaria da Agricultura, no sentido de auxiliar o agricultor interiorano.

3. Desta forma, não vemos qualquer impedimento na aprovação da proposição que nos é dada examinar nesta Comissão.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973

aa) Antonio F.F. da Costa — Presidente
Quielse C. da Silva — Relator
Antonio Lopes Júnior
Ivo Thomazoni
Wilson Fortes
Sebastião Rodrigues.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 109-73

AUTOR: Deputado Antonio Franco F. da Costa F.o

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaraniagua, 6 (seis) tratores na forma como especifica.

PARECER

O presente Projeto de Lei, já veio devidamente justificado, sendo matéria justa a referida doação. Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira, tendo em vista tratar-se de mera autorização legislativa.

Somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente
Francisco Escorsin — Relator
Gilberto Carvalho
Alvaro Dias
João Fadel.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 101-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência às Proposições n.s 130-73, 141-73 e 152-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Lei n.o 97-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do

Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.os 82-72, 114-73 e 125-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado aos srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Fazenda e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Telegrama sugerindo que se necessário se faz a importação de cafés africanos para garantir ao País a manutenção de sua participação e competição do café solúvel no mercado internacional, que seja restringida a cota de consumo interno como medida extrema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, visando rigorosas providências a fim de corrigir e disciplinar a venda de tratores no Norte do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Iris Caldart constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos srs. Ministro da Justiça, Secretário do Interior e Justiça e Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de que, no "Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário" seja incluído a construção de uma Penitenciária, tipo misto, no Ceste do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati constante do Expediente, solicitando seja encaminhando expediente ao sr. Governador do Estado, no sentido de que estabeleça a concessão de uma Abono de 15% ao funcionalismo público estadual, com vigência de 1.o de agosto até 31 de setembro. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de convidar os srs. Deputados, para a Sessão Solene, que realizar-se-á amanhã, dia 7, terça-feira, à Hora Regimental quando será conferido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico Felix Almeida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima quarta-feira dia 8, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei nos. 122-72, 200-77, 206-72 e 214-72.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 154-71, 217-72 e 109-72.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 50-73, 107-73, 110-73 e 113-73.

Levanta-se a Sessão.